



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS  
Rod. Washington Luís, Km 235 – Caixa Postal 676  
Fone/Fax: (16) 3351-8121 CEP: 13565-905 – São Carlos/SP  
E-mail: coace@ufscar.br

1                                    **ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO**  
2                                    **CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS**

3    **Data:** 16 de dezembro de 2022

4    **Horário:** 14h

5    **Local:** Via ferramenta Google Meet

6    **Presidência:** Djalma Ribeiro Junior

7    **Secretária:** LUANA DOMINGUES PEREIRA

8    Aos dezesseis de dezembro de 2022, às catorze horas, via ferramenta Google Meet realizou-se a 68ª Reunião Ordinária do Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis - CoACE da  
9    Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - ProACE, presidida pelo Sr. Djalma  
10    Ribeiro Junior, juntamente à Pró-Reitora Adjunta, Sra. Gisele Aparecida Zutin Castelani. O  
11    presidente iniciou a reunião saudando todos os presentes. **1 EXPEDIENTE - 1.1.**  
12    **INFORMES DA PRESIDÊNCIA:** Sr. Djalma deu posse ao Sr. José Nelson Martins Diniz,  
13    como membro eleito na qualidade de técnico administrativo titular; deu posse também ao  
14    Prof. Dr. Márcio Luis Lanfredi Viola, Profa. Dra. Larissa Riani Costa Tavares, Profa. Dra.  
15    Alice Miguel de Paula Peres, Profa. Dra. Heloisa Chalmers Sisle como membros eleitos na  
16    qualidade de docentes titulares; destacou que a representação discente tem mandato até o dia  
17    29 de janeiro de 2023, sendo assim, os discentes eleitos tomarão posse a partir dessa data;  
18    informou ainda que a Profa. Heloisa Sisle foi eleita como representante docente, deixando  
19    assim sua representação como suplente do CECH, que indicará um nome para assumir a  
20    suplência. Sr. Djalma informou que a UFSCar participou nos dias 29 e 30 de novembro do  
21    Fórum Nacional de Pró-Reitorias de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE);  
22    destacou algumas pautas importantes para o Conselho acompanhar: Primeiro a apresentação  
23    do Grupo de Trabalho de Saúde Mental da ANDIFES, coordenado pela Profa. Maria de Jesus  
24    Dutra dos Reis e pela Profa. Maria Rita de Assis Cesar, que é Pró-Reitora de Assuntos  
25    Estudantis da Universidade Federal do Paraná e também coordenadora geral do  
26    FONAPRACE, junto também com o Prof. Anderson da Silva Rosa, Pró-Reitor de Assuntos  
27    Estudantis da UNIFESP; a partir desse Grupo de Trabalho foi pontuado que se deve começar  
28    a estruturar uma proposta em que a ANDIFES possa articular a construção de uma política  
29    pública voltada para a saúde mental nas/com/para Universidades, incluindo todas as  
30    categorias que convivem dentro do ambiente acadêmico; segundo ponto destacado foi a busca  
31    de se ampliar e consolidar as políticas públicas de assistência e permanência estudantil, papel  
32    que o FONAPRACE desempenha desde a década de 80; sabe-se que há uma legislação  
33    bastante frágil que envolve os direitos à permanência estudantil; o Programa Nacional de  
34    Assistência Estudantil (PNAES) surgiu em 2010 como um decreto do Governo Federal, o  
35    Programa de Bolsa à Permanência para Estudantes Indígenas e Quilombolas (PBP) surgiu em  
36    2013 como uma portaria do MEC; não há muitas normativas, além dessas, que ampare esse  
37

38 direito dos estudantes; há um projeto de lei que estabelece um programa nacional de  
39 assistência estudantil, que é muito mais amplo e inclusivo do que o atual PNAES; todo esse  
40 trabalho está sendo retomado, na tentativa de que com um Congresso e um Governo Federal  
41 mais aberto ao diálogo, toda aquela discussão e debate que vem sendo realizado pelo  
42 FONAPRACE seja retomado, buscando, assim, a consolidação de uma lei que estabeleça a  
43 política nacional de assistência estudantil, indo além do que o PNAES compreende, incluindo  
44 perspectivas de assistência estudantil não só para estudantes de graduação, mas também de  
45 pós-graduação e, principalmente, atrelando a assistência estudantil a uma outra lei, que é a de  
46 reserva de vagas para os grupos sub-representados na Universidade (pretos, pardos, indígenas  
47 e pessoas com deficiência); o esforço vai ser colocar essas duas leis em diálogo, isto é, se há  
48 uma política de ações afirmativas para o ingresso de grupos sociais sub-representados na  
49 Universidade, é preciso manter também uma política que financie a permanência; a ideia  
50 então é caminhar com essas duas propostas e unificá-las em uma lei que garanta as ações  
51 afirmativas e o financiamento da permanência estudantil. Sr. Djalma informou sobre a  
52 participação da UFSCar no 1ºo seminário "Saúde Mental nas Universidades Públicas do  
53 Estado de São Paulo", que ocorreu na UNICAMP no dia 7 de dezembro; o tema do seminário  
54 foi sobre a saúde mental, na tentativa de construir articulações entre as Universidades  
55 Públicas do estado de São Paulo, no sentido de parcerias, grupos de trabalho, construção de  
56 indicadores em comum e também pensando em ações e políticas somando as forças das  
57 instituições; as Universidades que participaram do encontro foram a UFSCar, UFABC,  
58 UNIFESP, USP, UNESP, UNICAMP e o IFSP. Sra. Gisele informou sobre a abertura do  
59 edital do Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil  
60 (PIAPE) que teve seis pedidos de renovação, onze projetos novos, totalizando dezenove  
61 bolsas; na reabertura do edital teve dois novos projetos, totalizando vinte e uma bolsas  
62 ocupadas; disse que o PIAPE foi pensado para trinta bolsas, restando ainda nove; e que  
63 haverá uma terceira reabertura do edital; sendo pensada a reabertura de um processo de fluxo  
64 contínuo, vigorando durante o ano todo; caso alguém tenha algum projeto estabelecido basta  
65 entrar em contato e escrevê-lo; se o fluxo contínuo funcionar, a ideia é que para os próximos  
66 anos o edital ocorra nesse modelo; ressaltou que o PIAPE atende bolsistas do Programa de  
67 Assistência Estudantil (PAE), sendo essa a única exigência. Sr. Djalma complementou que  
68 esse é um esforço que se tem tentado realizar a partir das demandas que chegam à ProACE.

69 **1.2. INFORMES DAS UNIDADES:** Sra. Gisele informou em nome da Sra. Sônia, chefe do  
70 DeACE-Ar, que no dia 7 de dezembro ocorreram duas rodas de conversa, tendo como foco a  
71 violência cotidiana: identificar, prevenir e combater com o olhar dentro dos espaços  
72 universitários; elas ocorreram em dois horários diferentes, a primeira roda foi às 14h00 e a  
73 segunda roda foi às 19h30; as rodas foram realizadas com a participação da OAB de Araras; a  
74 advogada e presidente da comissão de combate a violência, Sra. Raquel Sarmiento, firmou  
75 uma parceria com o DeACE-Ar com um calendário de rodas de conversa durante todo o ano,  
76 sempre com foco nos(as) estudantes; além disso, o campus de Araras começou um outro  
77 projeto denominado *Absorventes*; esse projeto foi inscrito e com isso os estudantes foram  
78 contemplados com o recurso do campus de Araras para a compra de absorventes; já tem  
79 absorventes disponíveis nas coordenações de curso, nos banheiros e no DeACE. Sra.  
80 Valderez, chefe do DeAE, informou para todos os estudantes da moradia que no período de  
81 recesso tenham encomendas a serem recebidas, que foi pactuado com o Departamento de

82 Expedição e Arquivo da ProAd (DeEA) que as encomendas serão entregues lá pelas  
83 transportadoras; caso algum estudante da moradia tenha algo para retirar podem buscar no  
84 período da manhã no DeEA; desejou em nome de toda equipe do DeAE um bom final de ano  
85 e informou que caso exista alguma urgência os estudantes podem fazer contato com seus  
86 técnicos de referência; os contatos encontram-se na página de bolsas. **INFORMES DOS**  
87 **MEMBROS:** Não houve informes. **2 ORDEM DO DIA – 2.1 Ata 65ª Reunião Ordinária**  
88 **do CoACE:** Não havendo manifestações a Ata da 65ª Reunião Ordinária do CoACE foi  
89 aprovada com quatro abstenções. **2.2 Ata 66ª Reunião Ordinária do CoACE:** Não havendo  
90 manifestações a Ata da 66ª Reunião Ordinária do CoACE foi aprovada com duas abstenções.  
91 **2.3 Aprovação ad referendum do Edital de Universalização da UAC:** Sr. Djalma disse que  
92 o edital ocorreu em um período que não era possível realizar uma reunião do Conselho, por  
93 isso, a aprovação foi feita *ad referendum* para que o edital pudesse ser divulgado e as pessoas  
94 pudessem se inscrever dentro do prazo previsto que envolve todo um cronograma da  
95 educação infantil; o edital foi recebido por todos os membros e foi publicizado; não houve  
96 nenhuma modificação em relação ao último edital, apenas ajustes de datas. Não havendo  
97 manifestações, a aprovação *ad referendum* do Edital de Universalização da UAC foi  
98 aprovada por unanimidade. **2.4 Aprovação da Comissão Permanente para a Promoção,**  
99 **Prevenção e Cuidados em Saúde Mental (CPPCSM/UFSCar) da UFSCar:** Sr. Djalma  
100 disse que esse ponto de pauta tratava-se de uma continuidade do debate levantado na última  
101 reunião do CoACE; disse que na ocasião foi feita uma apresentação pormenorizada do  
102 histórico do processo de construção da Política de Saúde Mental da Universidade, que  
103 culminou no texto apresentado na reunião; além disso, havia uma minuta que foi apresentada;  
104 esta minuta focava na constituição da Comissão Permanente para a Promoção, Prevenção e  
105 Cuidados em Saúde Mental; na ocasião foi pedido para que as pessoas compartilhassem,  
106 conversassem e sugerissem ideias para incorporar nessa minuta de composição da comissão.  
107 Profa. Maria de Jesus disse que estava a disposição do Conselho e que já havia incorporado  
108 no texto as sugestões recebidas; disse que o ponto mais extenso foi uma contribuição com  
109 relação a escrita das diretrizes, sendo pertinente não escrevê-las em forma de verbos de ação,  
110 mas sim enquanto objeto; ressaltou que tratou-se de uma mudança na forma da escrita, mas  
111 que eram as mesmas diretrizes. Sr. Djalma disse que as diretrizes envolvem alguns princípios  
112 e que no documento enviado aos conselheiros já consta essa alteração, onde lia-se integrar,  
113 articular e promover agora lê-se articulação, integração, promoção; disse que recebeu no dia  
114 anterior à reunião um ofício assinado de forma conjunta entre a ADUFSCar e SINTUFSCar,  
115 também fazendo referência ao DCE e a APG, solicitando que as entidades pudessem compor  
116 essa comissão; foi feita uma leitura de que nada impede essa participação, e que acredita-se  
117 que enriquecerá a comissão; informou que ao colocar essas representações, foi preciso  
118 acrescentar um parágrafo especificando que essas representações seriam encaminhadas para a  
119 comissão via ofício; informou que da última reunião até o presente momento foram somente  
120 essas duas propostas de ajuste e complementação que chegaram. Profa. Maria de Jesus disse  
121 que seria importante os conselheiros consultarem se as entidades poderiam ser membros  
122 votantes de uma estrutura que virará uma unidade, lembrando que, o princípio das entidades é  
123 ser independente de qualquer processo de gestão, pois as entidades podem exercer a crítica e  
124 a pressão; sendo membros votantes, passariam a fazer parte da gestão, entendendo que isso  
125 poderia vulnerabilizar o poder da própria entidade de exercer algum poder de observância e

126 de critério sobre a gestão. Sr. Djalma concordou com essa leitura e expressou sua  
127 tranquilidade na inserção das representações das entidades na comissão, pois o que estava  
128 sendo aprovado era a composição da comissão, enquanto que as funções de cada membro, de  
129 cada representação que estava sendo indicada seriam definidas pelo Regimento Interno da  
130 Comissão, que conforme previsto no Art 10º, seria posteriormente aprovado pelo CoACE. Sr.  
131 Djalma disse que nos artigos 1º e 2º, o que foi feito foi uma tradução de uma escrita corrida,  
132 que está na Política de Saúde Mental, para uma escrita regimental, nada que modifique o que  
133 vem sendo construída desde 2018 na Política de Saúde Mental, como foi apontado na última  
134 reunião; essa é uma etapa operacional de todo esse processo, que consiste na formação da  
135 Comissão que vai estar representada nesse trabalho; do artigo 9º em diante é descrito e  
136 detalhado quem são esses setores e como essas representações chegam até essa comissão, o  
137 que também consta no texto corrido da política, que fala da importância de ter representações  
138 discentes, docentes, técnicos administrativos e de alguns setores; a partir do momento que  
139 essa comissão se reúne ela tem como primeira tarefa essencial constituir o Regimento Interno  
140 que vai determinar a periodicidade das reuniões, a função de cada representante, como será o  
141 regime de votação etc; os objetivos e as diretrizes já estão determinadas, mas os rituais e os  
142 procedimentos a comissão construirá no seu Regimento Interno, que também será aprovado  
143 nesse Conselho; como trata-se de uma comissão que está no CoACE, aquilo que envolve  
144 mudanças processuais, estruturais volta para o CoACE para poder ser feito uma defesa,  
145 referendar e seguir. Não havendo manifestações, a criação da Comissão Permanente para a  
146 Promoção, Prevenção e Cuidados em Saúde Mental (CPPCSM/UFSCar) da UFSCar foi  
147 aprovada por unanimidade. Profa. Maria de Jesus registrou seu contentamento com a  
148 aprovação da criação da Comissão e colocou que esse documento é um produto construído  
149 pela comissão que foi exarada no ConsUni em abril de 2021 e que a última deliberação  
150 aprovada foi uma indicação daquela comissão recomendando que as diretrizes incorporadas  
151 que fossem aprovadas, fossem encaminhadas para a comissão que está organizando o Plano  
152 de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Instituição, para que essas diretrizes sejam  
153 incorporadas na íntegra no próximo PDI, que está sendo construído; questionou se o  
154 Conselho que agora responde pela unidade concordaria que as diretrizes fossem  
155 encaminhadas; defendeu que as diretrizes que são incluídas dentro do PDI passam a ser  
156 obrigatoriamente um objeto de governo da instituição; as diretrizes são discutidas por toda a  
157 comunidade e se aprovadas, qualquer que seja a Reitoria, tem que ter compromisso com essas  
158 diretrizes que foram aprovadas no plano de desenvolvimento. Sr. Djalma disse que aprovado  
159 o documento, este já passa a ser uma política, sendo esse o pedido de uma gentileza;  
160 questionou os conselheiros se teriam alguma objeção em relação às diretrizes que estão no  
161 Programa de Saúde Mental da Comissão Permanente para a Promoção, Prevenção e Cuidados  
162 em Saúde Mental serem incorporadas ao PDI; disse que um dos objetivos é ampliar o escopo  
163 dessa política, isto é, que ela não fique restrita à ProACE, e que o fato de ir para o PDI  
164 significa que as próximas ações da Universidade serão orientadas até 2028, o que fortalece  
165 esse objetivo de que a saúde mental seja um compromisso da Universidade como um todo.  
166 Não houve objeção por parte dos conselheiros. Sr. Djalma disse que na última reunião tinha  
167 sido discutido que a indicação da presidência da comissão seria feita pelo CoACE e que o  
168 mandato seria de dois anos, permitindo uma única recondução consecutiva; disse que a  
169 ProACE e a Reitoria realizaram uma conversa com várias pessoas para poder se ter um nome;

170 disse que já há esse nome, o que é importante, pois começaria o ano já tendo a presidência  
171 dessa comissão, colocando, assim, essa comissão para trabalhar a partir do momento em que  
172 foi aprovada; nesse sentido consultou o Conselho se havia a concordância em que já fosse  
173 indicado um nome para a presidência da Comissão no presente momento. Não houve objeção  
174 por parte dos conselheiros. Sr. Djalma disse, então, que foi convidada a Profa. Dra. Sabrina  
175 Helena Ferigato, terapeuta ocupacional, com aprimoramento em saúde mental pela  
176 UNICAMP, mestrado em filosofia social, doutorado em saúde coletiva pela UNICAMP e  
177 pós-doutorado em medicina preventiva pela USP, professora adjunta do Departamento de  
178 Terapia Ocupacional desde 2014, credenciada ao Programa de Pós-Graduação em Terapia  
179 Ocupacional da UFSCar e ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UNICAMP;  
180 atuante na área de terapia ocupacional, nas áreas de saúde, cultura, saúde mental, atenção  
181 básica e saúde coletiva, é uma pessoa que tem aproximação com o SUS do município,  
182 trabalhando e coordenando alguns estágios e algumas atividades junto às UBS; disse que foi  
183 feito esse contato com a Profa. Sabrina, mas que a mesma não pode estar presente na reunião,  
184 pois já tinha um compromisso assumido. Profa. Larissa Riani disse que gostaria de reforçar  
185 esse nome, pois tem bastante contato com a Profa. Sabrina e a acha uma excelente indicação,  
186 inclusive pelo fato dela permear muito bem vários cursos e vários espaços, então, acredita  
187 que ela vai agregar bastante e o grupo trazido por ela vai ser muito forte. Profa. Maria de  
188 Jesus reforçou que a Profa. Sabrina é uma defensora das RAPS, do SUS, que entende a  
189 importância do trabalho em rede; disse que a Profa. Sabrina participou, na pandemia, em  
190 projetos extremamente importantes, é uma docente que atua a muitos anos na rede em São  
191 Carlos; destacou a importância histórica do cursos de Terapia Ocupacional para as políticas  
192 de saúde mental do município de São Carlos; que o curso tem um histórico longo de luta, de  
193 atuação, de construção, esteve junto pensando no curso de medicina e contribuindo na  
194 discussão do projeto pedagógico do curso de psicologia; há pessoas experientes e, além de  
195 tudo, existe a confiança da experiência da terapia ocupacional no município de fazer essa  
196 construção da saúde pública e, em especial, da saúde mental; mencionou que desde que foi  
197 para a UFSCar, a terapia ocupacional foi uma parceira muito constante em muitos projetos,  
198 por isso se tem muita confiança na experiência de construção que a Profa. Sabrina traz nessa  
199 articulação, em saber trabalhar e construir em redes, multidisciplinares, multiprofissionais;  
200 foi um nome pensado e se está muito feliz em saber que ela aceitou. Sr. Djalma disse que  
201 entende que será um nome bastante interessante para trabalhar em conjunto, dado todo o  
202 histórico que já foi ressaltado; colocou que a construção de políticas públicas é um esforço  
203 muito grande para se colocar no papel e um esforço maior ainda para sair dele; agradecendo,  
204 assim, publicamente Profa. Sabrina por aceitar esse desafio. Não havendo mais  
205 manifestações, o nome da Profa. Sabrina Helena Ferigato como presidente da Comissão  
206 Permanente para a Promoção, Prevenção e Cuidados em Saúde Mental foi aprovado por  
207 unanimidade. Profa. Maria de Jesus disse em nome da Reitora, que a mesma está a disposição  
208 da comissão, e que tem destacado alguns caminhos para tentar de fato uma condição de  
209 estruturação de FG, na tentativa de buscar condições para a unidade ter uma organicidade de  
210 funcionamento e que ela deve estar procurando a comissão o mais breve possível para esses  
211 andamentos, tanto externamente quanto possivelmente na construção de um Prodin nessa  
212 área; finalizou sua fala agradecendo a todos a confiança e ao CoACE pelo compromisso com  
213 a comunidade. Profa. Larissa Riani perguntou se existe a intenção de se indicar um suplente

214 para a presidência da comissão. Sr. Djalma respondeu que foi conversado sobre isso e que  
215 pensa-se que a comissão se reunindo, ela pode entender como é melhor indicar essa vice-  
216 presidência; disse que não se quis escolher antecipadamente porque entende-se que é algo  
217 que a comissão pode melhor indicar. **2.5 Panorama dos bloqueios financeiros das**  
218 **Universidades Federais e impactos nas políticas de permanência estudantil:** Sr. Djalma  
219 disse que o impacto desse ponto de pauta em relação a assistência estudantil era tão grande  
220 que não era possível o mesmo ser apenas um informe, sendo preciso se aprofundar e trazer  
221 mais detalhes a esse Conselho sobre os impactos na UFSCar e também na política de uma  
222 forma mais ampla; disse que na reunião do ConsUni foi aprovada uma moção de repúdio a  
223 essas políticas de desmonte que vem acontecendo e a diminuição do orçamento; esse trabalho  
224 já vem sendo feito no CoACE e na ProACE juntamente ao FONAPRACE e a ANDIFES;  
225 disse que foi feita uma moção de repúdio a esses cortes que foram escalando ao ponto de  
226 chegar em um calote financeiro, algo que nunca havia acontecido nas Universidades Públicas  
227 Federais, que consiste na retirada do dinheiro, pelo Governo Federal, daquilo que já está  
228 sendo liquidado, o que é muito grave; disse que também foi aprovada no ConsUni uma  
229 moção de apoio às manifestações estudantis que ocorreram dentro da UFSCar, manifestações  
230 estas que também estão ocorrendo em outras Universidades; pontuou que é importante  
231 apresentar de uma forma mais didática as diferenças para se entender a gravidade das ações  
232 que vem ocorrendo; disse que já é sabido que as universidades vem tendo uma diminuição do  
233 orçamento; isso significa que desde a aprovação da lei orçamentária, o recurso que está vindo  
234 para as universidades é muito pouco comparado ao que se tinha de evolução de investimento,  
235 sobretudo até 2014; depois desse período começou a haver um decréscimo que impacta a  
236 todas as áreas; a UFSCar teve uma comissão que trabalhou acompanhando bem de perto essa  
237 situação de cortes durante a pandemia, vivenciada em 2020 e 2021, em um cenário de ensino  
238 remoto; essa diminuição do orçamento por si só já é prejudicial para toda e qualquer política  
239 e administração das Universidades Públicas Federais, impactando também na assistência  
240 estudantil; por exemplo, não é possível conseguir fazer o reajuste dos valores das bolsas, ou  
241 ampliar as ações das bolsas da assistência estudantil para aspectos envolvendo esporte,  
242 cultura, acessibilidade, inclusão, pois o dinheiro que vem está cada vez menor e ele vai  
243 sendo utilizado para alimentação e moradia, que são duas áreas fundamentais; no decorrer do  
244 tempo tem-se ouvido falar também dos bloqueios, que funcionam da seguinte forma: o  
245 Governo Federal segura o dinheiro que estava destinado de orçamento por um período, então  
246 a universidade começa a ter que fazer um remanejamento daquilo que estava planejado, isso  
247 impacta o planejamento corrente, pois é feito um planejamento, mas se recebe um recurso  
248 muito abaixo do que foi planejado, sendo preciso fazer um replanejamento; a UFSCar  
249 aprovou em 2021 no CoAd, que nessas situações, que já não eram mais eventuais, que frente  
250 a necessidade de se replanejar seria priorizado a assistência estudantil, as políticas de  
251 permanência estudantil e também o pagamento das empresas terceirizadas, para garantir o  
252 pagamento dos salários dos colaboradores que atuam na Universidade; outro ponto que  
253 ocorre é que se há o desbloqueio, o mesmo é remanejado para frente, mas às vezes o bloqueio  
254 se configura de fato como um corte, o que significa que não vai se ter mais acesso aquele  
255 dinheiro que estava previsto na LOA; quando isso ocorre, esse recurso sai do Ministério da  
256 Educação e vai para outros ministérios; na metade deste ano, houve um bloqueio em que uma  
257 parte voltou para o orçamento e a outra parte foi remanejado para o Programa de Apoio e

258 Incentivo a Agroindústria e Agropecuária; o que aconteceu no começo desse mês de  
259 dezembro foi algo que nunca havia acontecido, a UFSCar já estava passando por um  
260 subfinanciamento, teve os bloqueios e depois os cortes, mas nessa etapa conseguia-se  
261 replanejar, antes de executar os serviços e liquidar o pagamento das bolsas; nunca aconteceu  
262 de que o que está empenhado e liquidado não ter dinheiro para pagar, até porque fazer isso  
263 dentro da administração pública se configura como uma improbidade; então, se tinha o  
264 dinheiro até a metade do dia 01, quando se estava processando os pagamentos, o Governo  
265 Federal bloqueou o sistema financeiro das Universidades, isto é, não se conseguia mais pagar  
266 aquilo que já tinha sido feito; quando isso ocorre não há mais planejamento, porque os  
267 serviços já foram feitos, as bolsas já foram empenhadas, está tudo correndo, não se consegue  
268 mais remanejar, porque não tem mais o dinheiro; isso é algo bastante grave, por isso é  
269 chamado de calote ou sequestro, pois de fato foi isso que aconteceu; essa situação muito  
270 grave mobilizou o movimento estudantil como um todo dentro das universidades, também foi  
271 capitaneado pela ANDIFES um movimento muito rápido dos(as) reitores(as), praticamente  
272 de acampar no Ministério da Educação para poder reverter esse bloqueio financeiro; as  
273 Universidades também fizeram uma ação bastante articulada, cada uma das Universidades  
274 Federais fizeram notas nas imprensas de alcance regional e nacional, essas notas saíram  
275 praticamente ao mesmo tempo, tudo isso no começo desse mês; também foram feitas ações  
276 junto aos Ministérios Públicos Estaduais para pedir que se revertesse esse corte financeiro  
277 feito pelo Governo; outras ações foram se somando no âmbito da articulação e da  
278 mobilização; a partir desse momento começou a ver o que era possível fazer dentro do que se  
279 tinha de cada Universidade, então, ao mesmo tempo em que se buscava a reversão desse  
280 bloqueio financeiro, olhava-se para dentro para ver como que se conseguiria dar conta de  
281 realizar o pagamento das bolsas, principalmente das bolsas de assistência estudantil, que é um  
282 compromisso assumido no CoAd; foi feito, então, um trabalho com a ProAd e conseguiu-se  
283 alguns saldos residuais financeiros do mês passado em algumas alíneas que cobriram 10%  
284 das bolsas da assistência estudantil que há na Universidade; foram pagas as bolsas relativas  
285 aos auxílios pré-escolar para os estudantes mães ou pais que participam do PAE; foi feito  
286 também o pagamento das bolsas do PIAPE, do Programa de Apoio às Práticas Esportivas e  
287 de Lazer, do Programa de Agente Comunitário de Promoção de Inclusão e Acessibilidade;  
288 faltando recurso para o pagamento das bolsas moradia em espécie e o auxílio alimentação  
289 emergencial, que é o valor de R\$140,00 que todos os estudantes bolsistas do PAE recebem  
290 para ajudar no custeio do café da manhã; outro movimento feito, foi uma reunião com a  
291 empresa que administra o RU para mostrar esse panorama e também negociar o pagamento,  
292 pelo menos desse mês, para não interromper o funcionamento do RU; em resumo o  
293 restaurante foi mantido, foi negociado um pagamento que vai ser feito a partir do momento  
294 que o recurso retornar; já houve o desbloqueio do financeiro, mas o renegociamento é de  
295 R\$720.000,00 para o pagamento do Restaurante Universitário; isso foi acertado e ajustado,  
296 por isso não atrapalhou e nem interferiu no funcionamento do RU nesses quinze dias de  
297 crise intensa; no dia 7 de dezembro, através de uma pressão forte da ANDIFES com uma  
298 reunião incluindo a Casa Civil, conseguiu-se um pequeno crédito com o Ministério da  
299 Educação que foi liberado; o acordo que foi feito com a ANDIFES e com o Ministério da  
300 Educação é que a partir do momento que tivesse qualquer dinheiro liberado, ele iria direto  
301 para o PNAES; de fato isso ocorreu durante à noite do dia 7 para o dia 8; a UFSCar começou

302 a receber o financeiro do PNAES, então, conseguiu-se finalizar o pagamento das bolsas  
303 moradia e alimentação e, assim, tinha-se concluído o pagamento do começo do mês de todas  
304 as bolsas da assistência estudantil; faltava ainda a recomposição financeira para poder fazer o  
305 pagamento de bolsas de extensão, bolsas monitorias e das bolsas da pós-graduação; aos  
306 poucos foram sendo autorizadas a liberação financeira da CAPES e de outros setores; no dia  
307 de hoje foi liberado todos os créditos financeiros que se tinha para poder liquidar tudo o que  
308 já estava empenhado; isso significa que já se tem a possibilidade de realizar o pagamento das  
309 bolsas de assistência estudantil que já estavam empenhadas desde agosto/setembro, quando se  
310 recebeu a possibilidade do financeiro, e que foram empenhadas até janeiro, sendo assim, a  
311 UFSCar tem a possibilidade de um replanejamento financeiro, contudo há 15 dias para acabar  
312 o ano, há certa insegurança do que poderá fazer o Governo Federal; mas, na UFSCar, já  
313 estava tudo planejado em termos de orçamento e empenho financeiro para poder fazer o  
314 pagamento das bolsas até janeiro; depois entrando o recurso da nova Lei Orçamentária Anual  
315 vai ser feito o planejamento de fevereiro até janeiro do ano seguinte; a notícia que se teve  
316 hoje é que o financeiro foi liberado para tudo que já estava empenhado e pronto para ser  
317 liquidado, o que dá um pouco mais de tranquilidade em relação a esse tipo de crise que foi  
318 vivenciada. Sr. Djalma apresentou alguns dados numéricos: atualmente se tem 2.145 bolsistas  
319 do Programa de Assistência Estudantil que se somado a mais cerca de 200 estudantes que são  
320 bolsistas de extensão, treinamento, chega-se a um número de pouco mais de 2.350 estudantes;  
321 isso corresponde a quase 15% de estudantes da graduação da UFSCar que recebem algum  
322 tipo de bolsa; esse é um impacto bastante forte para esse grupo de estudantes que geralmente  
323 ingressam na Universidade por ações afirmativas e políticas de reserva de vagas; é válido  
324 salientar o impacto sentido, principalmente, pelo grupo de estudantes que estão de fato  
325 transformando a cara da universidade, que nos últimos 10 anos, no caso da UFSCar nos  
326 últimos 15 anos, começou um processo de ações afirmativas; é necessário ter o compromisso  
327 de diversificar o público que entra na universidade, tornando ele mais próximo da  
328 diversidade da sociedade brasileira; essa apresentação foi trazida para ser pontuado também o  
329 efeito político disso; hoje no ConsUni se falava que todos são impactados dentro da  
330 universidade e também quem está na sociedade; em 2006 existia uma UFSCar que tinha 80%  
331 dos estudantes de graduação que vinham de ensino médio da escola privada e 76% de pessoas  
332 que se declaravam brancas; isso mudou radicalmente por conta das políticas públicas de  
333 ações afirmativas, assistência estudantil e permanência estudantil, o que representa uma  
334 mudança de uma sociedade que deve estar cada vez mais justa e equitativa e passe pela  
335 formação de profissionais cada vez mais diversificados em várias áreas; todo esse impacto  
336 não é apenas nas condições materiais, pois tem-se sentido uma busca cada vez menor no  
337 ensino superior; tem-se acumulado uma quantidade de jovens que deixam de procurar a  
338 universidade para poder ir trabalhar; teve-se o ENEM mais branco no ano; o impacto dessa  
339 política de destruição afeta também o sonho da juventude de ingressar em uma Universidade  
340 Pública; é preciso reverter isso. Profa. Renata agradeceu pela fala e reiterou o quanto a  
341 ProACE faz um trabalho muito sério e o que foi vivenciado nas últimas semanas foi um  
342 aprendizado para todos, pois a comunidade é muito elitista; acredita-se que a questão da  
343 empatia passa pela consciência; quantos alunos estão realmente passando fome; não se tem  
344 certeza se todos os professores têm essa noção; além disso, os professores passaram  
345 dificuldades nessa semana de não saberem o que fazer, o que representa uma falta de



346 consciência do que está acontecendo e de o que que precisa ser apoiado; esse é um tema  
347 bastante sensível e dói saber que não é todo mundo que tem consciência; agradeceu o  
348 trabalho da ProACE e disse que estava junto nesse trabalho de conscientização nos espaços  
349 frequentados, pois todos são impactados; disse que no seu curso foram identificados muitos  
350 alunos com dificuldades extremas e sabe-se que não por falta de empenho dos diversos  
351 setores da UFSCar, mas que se não houver um trabalho em conjunto muitos vão passar batido  
352 e muitos não tem nem voz para pedir; há pequenas ações sendo feitas, são no mínimo ações  
353 empáticas; disse, em relação a mobilização, que depois de tanto tempo em distanciamento; os  
354 jovens estarem se unindo em prol de uma causa importante tem que ser reconhecido, pois eles  
355 passaram por um ensino médio na pandemia e dois anos de universidade em sistema remoto.  
356 Sra. Gisele disse que vem de um campus que tem uma realidade diferente de São Carlos, que  
357 o impacto é muito grande, lidar com a falta é algo absurdo; relatou que na semana passada e  
358 essa semana as mensagens recebidas no WhatsApp eram as seguintes: "pelo amor de Deus,  
359 eu não sei o que eu vou fazer"; na live Na Pauta que o Djalma participou teve um pai que  
360 entrou e escreveu que não sabia o que falar para filha, pois ela não teria dinheiro para poder  
361 ficar; pontuou que viu as pessoas se mobilizando no campus; havia um grupo grande de  
362 estudantes realizando assembleia, estudantes que não eram bolsistas apoiando estudantes que  
363 eram; algumas ações foram disponibilizadas por esses estudantes, como a oferta da república  
364 para quem precisasse, disponibilidade de comida; além disso eles se preocuparam com os(as)  
365 colaboradores(as) das empresas terceirizadas, como o quadro ficou reduzido, eles fizeram um  
366 mutirão para ajudar na limpeza do campus; no meio desse caos o campus de Araras  
367 surpreendeu positivamente, o que aquece o coração em saber que se está entrando no  
368 caminho de luta pelo coletivo. Sr. Djalma disse que já houve vários conselhos e várias  
369 reuniões, mas que era importante pautar esse tema no CoACE, pois um dos impactos ocorreu  
370 junto aos estudantes; como efeito desses seis anos de constante subfinanciamento do PNAES  
371 foi levado pelo FONAPRACE para a comissão de transição do Governo Federal um diálogo  
372 para ter uma política de financiamento de alimentação separada do PNAES, pois existe um  
373 Programa Nacional de Alimentação Escolar, que envolve educação infantil e fundamental;  
374 seria interessante ter uma política de alimentação voltada numa perspectiva de segurança  
375 alimentar para as universidades; essa foi a pauta levada a equipe de transição da educação e  
376 também é uma pauta que luta para ter um crédito específico para alimentação dentro das  
377 universidades, porque a garantia da alimentação numa situação de crise como essa é uma das  
378 coisas que não pode deixar de existir; houve universidades que não conseguiram fazer o  
379 pagamento, não conseguiram fazer negociações com as empresas dos restaurantes e tiveram  
380 que fechar parcialmente ou totalmente; isso foi visto também durante a pandemia, empresas  
381 que pediram falência ou rescisão de contrato; disse que a negociação foi aberta e que se  
382 espera que isso avance. **2.6 Indicação de representante suplente do CoACE para compor**  
383 **o ConsUni:** Sr. Djalma disse que precisavam da indicação de um representante suplente do  
384 CoACE para atuar junto ao ConsUni em substituição ao Prof. Dr. Márcio Peron Franco de  
385 Godoy; perguntou se alguém se colocaria à disposição para atuar como suplente junto com o  
386 Prof. Márcio Viola. Não havendo manifestações, foi sugerido que a secretaria do CoACE  
387 enviasse um e-mail solicitando a indicação para que as pessoas pudessem se manifestar, pois  
388 sabe-se que houve pessoas que precisaram sair da reunião e outras que não podem participar;  
389 caso haja apenas uma pessoa que manifeste interesse, ela será indicada, se houver mais de

390 uma manifestação vai ser realizada uma conversa com os membros interessados para  
391 definição do novo suplente a ser indicado. **2.7 Calendário de reuniões do CoACE para**  
392 **2023:** Sr. Djalma disse que no Regimento do CoACE as reuniões são bimestrais, contudo  
393 devido a pandemia houve um entendimento de que as reuniões deveriam ser mensais; o que  
394 está sendo proposto é que seja retomadas as reuniões conforme o que está previsto no  
395 Regimento do CoACE, isto é, que elas sejam bimestrais; caso haja pauta será convocado  
396 reunião extraordinária; todas as reuniões irão ocorrer às terças-feiras, às 14h00, como  
397 funciona tradicionalmente as reuniões do CoACE, conforme calendário enviado aos  
398 membros. Não havendo manifestações, o calendário de reuniões do CoACE para 2023 foi  
399 aprovado por unanimidade. Sr. Djalma agradeceu a participação de todos durante todo o  
400 decorrer do ano e deu boas-vindas a quem estava chegando ao Conselho, além disso,  
401 expressou o seu desejo por um 2023 com condições mais humanas de trabalho, estudo e  
402 dedicação e desejou boas festas. Assim, a reunião foi encerrada com os agradecimentos do  
403 presidente e dos membros. Eu, LUANA DOMINGUES PEREIRA, na qualidade de  
404 secretária, lavrei a presente ata.

405 Membros presentes na reunião:

406 Sr. Djalma Ribeiro Junior

407 Sra. Gisele Aparecida Zutin Castelani

408 Prof. Dr. Marcio Luis Lanfredi Viola

409 Profa. Dra. Larissa Riani Costa Tavares

410 Profa. Dra. Alice Miguel de Paula Peres

411 Profa. Dra. Renata Franco Severo Fantini

412 Profa. Dra. Cali Laguna Achon

413 Profa. Dra. Aline Helena Appoloni Eduardo

414 Profa. Dra. Tathiane Milaré

415 Profa. Dra. Ilka de Oliveira Mota

416 Profa. Dra. Nara Rossetti

417 Profa. Dra. Maria Cristina Comunian Ferraz

418 Sr. José Nelson Martins Diniz

419 Gabriel Moutinho Fernandes da Silva